

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SUZANY FERREIRA SILVESTRE DA SILVA

**A PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO GRUPO TÉCNICO DE
PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO À
IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE
PÚBLICA**

**JOÃO PESSOA - PB
2014**

SUZANY FERREIRA SILVESTRE DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO GRUPO TÉCNICO DE
PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO À
IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE
PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Dr. Josedilton Alves Diniz

**JOÃO PESSOA-PB
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586p Silva, Suzany Ferreira Silvestre da.

A percepção dos profissionais contábeis do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis em relação à implantação das normas internacionais de contabilidade pública./ Suzany Ferreira Silvestre da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2014.

49f.:il.

Orientador: Prof^o. Dr. Josedilton Alves Diniz.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Contabilidade Pública. 2. GTCN. 3. IPSAS. 4. Convergência. 5. Percepção. I. Diniz, Josedilton Alves. II. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 657.1:336.7

SUZANY FERREIRA SILVESTRE DA SILVA

**A PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO GRUPO TÉCNICO DE
PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO À
IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE
PÚBLICA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ (Orientador)

Instituição: UFPB

Membro: _____ (Membro)

Instituição: UFPB

Membro: _____ (Membro)

Instituição: UFPB

João Pessoa, ____ de _____ de 20____.

Dedico este Trabalho às pessoas mais importantes em minha vida. Nada nesta vida se consegue sozinho, portanto, aos meus pais, meus irmãos e ao meu namorado, o meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser a razão da minha existência e por ter me ajudado a chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais, pelo carinho, amor e apoio em todas os sentidos. Não teria chegado até aqui sem vocês. Essa conquista não é apenas minha, mas também de vocês dois que tanto me apoiaram neste longo percurso.

Ao meu fiel companheiro Ítalo Rodrigo por ser tão compreensivo e atencioso nas horas em que mais precisei.

Aos meus professores, todos eles, passadores de conhecimentos vitais para minha formação profissional. Um especial agradecimento ao meu orientador, Josedilton Alves Diniz, pois com sua imensa paciência e dedicação me auxiliou em todas as formas para a realização deste trabalho.

Às minhas amigas de sala, sempre companheiras, por estarem ao meu lado em todos os momentos.

E agradeço a todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para essa conquista.

A vocês, o meu mais sincero agradecimento.

“O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza de seus sonhos.”

Eleanor Roosevelt

RESUMO

A contabilidade vem passando por inúmeras mudanças. Desde o ano 2000, o setor privado e público acompanham novas fases marcadas por adoção de mudanças significativas na área, estipuladas por seus órgãos normativos correspondentes. No âmbito do setor público, o IFAC publicou as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – IPSAS que tem como objetivo padronizar as normas contábeis públicas geralmente aceitas no mundo todo. E com isso, o Brasil passou a emitir as NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Pública cujo objetivo é ir adaptando a realidade do país com o padrão internacional. No entanto, a implantação das IPSAS tornou-se uma questão de tempo, sendo que o prazo inicial de 2009, para adoção, foi postergado para fim de 2014 e o STN criou o GTCON, cujo objetivo é de avaliar e implantar as IPSAS no Brasil. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar qual é a percepção dos participantes do GTCON em relação à adoção das Normas Internacionais Públicas. Para que se cumprisse tal objetivo, foi feito uma pesquisa descritiva com 108 profissionais, onde foram analisadas as seguintes variáveis: percepção, vantagens de implantação, custos e benefícios, interpretação e responsabilidade. Observou-se que na grande maioria das variáveis houveram concordância dos mais variados participantes e que os pontos mais divergentes são em relação ao custo-benefício a ser implantado e a redução dos problemas no sistema público.

Palavras-chave: Contabilidade Pública; GTCON; IPSAS; Convergência; Percepção.

ABSTRACT

The accounting has passed numerous changes. Since 2000, the private and public sector accompany new phase marked by the adoption of significant changes in the area stipulated by their corresponding regulatory agencies. In the public sector, the IFAC International Standards published in Applied Accounting to the Public Sector - IPSAS which aims to standardize public accounting standards generally accepted worldwide. And with that, Brazil has issued the NBCASP-Brazilian Standards of Public Accountancy whose purpose is to go adapting the reality of the country with the international standard. However, the implementation of IPSAS has become a matter of time, and the initial 2009 deadline for adoption was postponed to end of 2014 and the STN created the GTCON, whose objective is to evaluate and implement IPSAS in Brazil. Thus, the objective of this work is to identify what is the perception of participants GTCON in relation to the adoption of International Public Standards. To fulfill this objective, a descriptive research was done with 108 professionals, where the following variables were analyzed: perception, deployment advantages, costs and benefits, interpretation and responsibility. It was observed that in most variables there were agreement of the various participants and the most divergent points are relative to the cost - benefit to be deployed and reduce problems in the public system.

Keywords: Public Accounting; GTCON; IPSAS; Convergence; Perception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Construto teórico de avaliação	31
Figura 2 - Representação da Percepção das IPSAS	34
Figura 3 – Representação das Principais Vantagens da Implantação das IPSAS	35
Figura 4 – Custos e Benefícios de Implantação das IPSAS.....	36
Figura 5 – Interpretação e Aplicação das IPSAS	37
Figura 6 - Responsabilidade Educativa dos Contadores e Auditores para a Aplicação das IPSAS	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - IPSAS analisadas no Brasil até 2011	23
Quadro 2 - Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos respondentes	33
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

FASB - Financial Accounting Standard Boards

GTCON - Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis

IASB - International Accounting Standard Board

IASC - International Accounting Standards Committee

IFAC - *International Federation of Accountants*

IFRS - International Financial Reporting Standard

IPSAS - International Public Sector Accounting Standards

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NGP – Nova Gestão Pública

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

Capítulo 1

1 Introdução.....	15
1.1 Contextualização do problema	16
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 Justificativa.....	19
1.4 Estrutura do Trabalho	19

Capítulo 2

2 Referencial Teórico	21
2.1 Harmonização das Normas Contábeis	21
2.2 IPSAS no Mundo	24
2.3 IPSAS no Brasil	27

Capítulo 3

3 Metodologia	29
3.1 Classificação da Pesquisa.....	29
3.2 Universo e amostra da Pesquisa	29
3.3 Coleta de Dados	30
3.4 Análise dos Dados	31

Capítulo 4

4 Resultados da Pesquisa	32
4.1 Perfil dos Entrevistados	32

4.2 Percepção das IPSAS	33
4.3 As Principais vantagens da implementação das IPSAS	34
4.4 Custos e Benefícios da implementação das IPSAS	36
4.5 Interpretação e Aplicação das IPSAS	37
4.6 Responsabilidade educativa dos contadores e auditores para a aplicação das IPSAS	38
Capítulo 5	
5 Conclusão	40
5.1 Recomendações	41
5.2 Limitações da Pesquisa	42
REFERÊNCIAS	43

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

A história econômica tem narrado que a contabilidade tem acompanhado o desenvolvimento econômico no sentido de que ela tem se moldado às novas exigências do mercado por divulgação de novos padrões de informações. Nesse sentido, Schipper (2013) afirma que a qualidade dos relatórios financeiros depende fundamentalmente da aplicação e da forma como são estruturados e definidos os padrões das demonstrações financeiras.

Ocorre que esse procedimento de padronização ganhou novos contornos com o processo de estreitamento das relações comerciais internacionais. Uma área-chave da pesquisa em contabilidade considera que a convergência das normas contábeis entre os países é uma necessidade para que haja uma internacionalização dos mercados de capitais que perpassa pelas necessidades de informação aos investidores.

No setor público, as normas e os padrões contábeis também são importantes para a comunicação da contabilidade governamental com os seus usuários. Mediante as demonstrações contábeis, a gestão pública se comunica com os seus usuários mediante o processo de prestação de contas e os relatórios disponibilizados a toda sociedade. Além disso, as normas do setor público devem estar de acordo com as normas internacionais para que haja uma linguagem única com os usuários da informação de outros países.

Antes da virada do século, a contabilidade governamental não era harmônica como as normas internacionais de contabilidade, ou seja, alguns países apresentavam os demonstrativos contábeis orientados e regulamentados no sistema orçamentário com traços comuns na preparação de contas com base no regime de caixa. Os governos em vez da apresentação do desempenho econômico (lucro ou prejuízo) restringiam-se em evidenciar os números, com ênfase em uma situação financeira (MONSEN, 2002). Já outros países utilizavam o regime de competência para a elaboração dos demonstrativos com o foco patrimonial.

Essa situação foi mais tarde mudada significativamente. Os novos pensamentos da Nova Gestão Pública (NGP) fizeram os governos repensarem a qualidade das informações apresentadas apenas com o foco financeiro. Desde

2000, o IFAC (International Federation of Accountants) lançou as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). O objetivo do IPSAS/IFAC é servir o interesse público ao redor do mundo na normatização dos eventos que ocorrem na gestão pública no que tange ao reconhecimento, mensuração das demonstrações financeiras.

1.1 Contextualização do problema

A nova contabilidade para o setor público tem provocado profundas mudanças na gestão pública, quer no modo de gerir o patrimônio público quer na forma de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos itens patrimoniais. Os desafios são muitos dentre os quais se destacam, dentre outro aspecto, a avaliação do valor justo de ativos e passivos, receita por competência, mensuração dos ativos de infraestrutura e outros.

Pode-se perceber que essas práticas já eram adotadas pelo FASB e posteriormente pelo IASB mediante as IRFS. As justificativas eram de que com esse modelo, a contabilidade poderia fornecer informações mais precisas sobre a solvência do governo, dos bens patrimoniais e dos custos dos serviços públicos (PINA e TORRES, 2003). Alinhado a essa visão e com as reformas promovidas pela ideia de uma nova administração pública, o IFAC estava convencido de que as IFRS deveriam ser base para os padrões do setor público (CHRISTIANS *et. al.*, 2010).

A questão a ser investigada por essa pesquisa não é validar o modelo da contabilidade por competência definido pelas IPSAS e sua implementação na contabilidade governamental brasileira. A questão de pesquisa é ainda mais focada nas diferentes forças que são responsáveis pela implementação das IPSAS ou na resistência a uma mudança na cultura dos contadores e auditores públicos governamentais.

Essa situação ficou bem latente com a edição das IPSAS e da obrigatoriedade de padronização nos moldes do setor privado (IFRS), ressurgiu a necessidade de reordenamento da contabilidade pública brasileira. Esse processo começou ser pensado em 2004, mas só tomou forma no ano de 2008 com o CFC publicando as Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP com a intenção de inserir os conceitos trazidos pelas IPSAS no Brasil.

Decorridos quase duas décadas do processo de harmonização das normas contábeis na Europa e nos países Anglo Saxão e quase uma década aqui no Brasil, verifica-se que não temos uma definição clara de se realmente as IPSAS vão de fato serem incorporadas à contabilidade brasileira em toda sua extensão.

Martins (2013) chama atenção para um aspecto interessante e relevante, segundo o qual uma coisa é existência de normas outra coisa é a sua efetiva implementação, ou seja, “a contabilidade pública não vai mudar porque as normas mudaram”. Para Martins (2013), esse processo requer uma mudança cultural dos profissionais de contabilidade, o que envolve tanto treinamento como convencimento de que o novo sistema proporcionará uma informação mais útil para a sociedade. Então, essas mudanças dependem muito dos gestores, contadores e auditores e de sua visão e vontade de mudanças.

Essa preocupação origina-se da natureza própria das organizações, pelo fato de que a percepção que se tem dela é subjetiva e que ela determina em seguida toda a questão da definição da função da administração e do papel do gestor. Nesse norte, Diniz (2003) sublinha que as organizações são invenções sociais, produções humanas modeladas cotidianamente pelos comportamentos dos seus atores. Os envolvidos no processo de implantação das IPSAS devem utilizar seu próprio modelo da realidade para definir o que consideram como seu papel e sua função dentro da contabilidade governamental. Significa que devem definir e estruturar papéis num contexto em que sua ação não seja inteiramente aleatória ou obrigatória.

Morgan (1989) assegura que nossa maneira de pensar e de ver determina nossa compreensão do mundo e nossa visão de organização. É importante frisar que os gestores públicos municipais têm uma visão política da administração pública, e os contadores e auditores tem uma visão mais técnica. Em pesquisa realizada por Diniz *et. al.* (2008), ficou demonstrado que, na maioria dos médios e pequenos municípios da federação, esse controle do patrimônio é desenhado pelos profissionais contábeis. Então, compreender a visão desses autores é fundamental para compreender a visão técnica e política da administração pública no tocante as oportunidade e resistências na implantação da IPSAS.

Nesse sentido, pretende-se identificar as percepções sobre os aspectos da implantação das IPSAS. Em seguida, com base nos aspectos conceituais apresentados pela literatura, passa-se a mensurar e analisar as visões dos auditores, contadores e profissionais contábeis sobre IPSAS. Diante dessas concepções, surge o questionamento que esta pesquisa se propôs a investigar: **Qual é a percepção dos contadores, auditores públicos e profissionais contábeis acerca da aplicação das IPSAS?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo deste estudo é identificar as percepções dos profissionais contábeis que fazem parte do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – *GTCON*, sobre a implantação das normas instituídas nas IPSAS para os entes públicos do Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as IPSAS no contexto da harmonização contábil;
- Investigar vantagens e desvantagens na aplicação das IPSAS no processo de evidenciação das informações contábeis;
- Analisar a relação custo benefício na implantação das IPSAS;
- Identificar o modelo adotado pela nova contabilidade pública NBCASP na definição, compreensão e interpretação para evitar as diferenças na aplicação IPSAS;
- Investigar os meios pelos quais os contadores e auditores estão se capacitando para implantação da IPSAS.

1.3 Justificativa

A Contabilidade vem passando por diversas transformações nos últimos tempos e com isso mudanças são muito prováveis de acontecer. Estas foram bem significativas no sistema privado onde as IFRS marcam uma nova fase de adaptações e normas antes aplicadas.

Assim também aconteceu na Contabilidade Pública, onde o IFAC emitiu as IPSAS e com essas trouxeram inovações e mudanças significativas aos entes federativos de cada país. No Brasil, as IPSAS ainda estão sendo implantadas aos poucos e a maioria dos Estados brasileiros enfrentam dificuldades para se adequarem à nova fase do sistema público.

A eficácia de qualquer norma depende primordialmente das pessoas que são responsáveis pela sua implementação. Com as IPSAS a situação não é diferente, pois os contadores e auditores serão os executores desse processo de harmonização contábil e como tal, a visão que eles têm dessas normas será um fator preponderante para implantação da nova contabilidade pública.

Sem sombra de dúvidas esse processo requer treinamento de pessoal, mudança de cultura e um trabalho operacional monumental. Não são poucos os desafios que os entes federativos brasileiros terão que enfrentar para adoção das normas internacionais de contabilidade do setor público (TORRES, 2013).

Assim conhecer a visão dos contadores e auditores sobre o Processo de Harmonização das Normas Contábeis do Setor Público, vai nortear e contribuir para direcionar o entendimento como também ter uma noção sobre o processo de adaptação destas normas na Administração Pública.

1.4 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho encontra-se subdividido em 5 capítulos. O primeiro corresponde à contextualização do tema, os objetivos gerais e específicos e a justificativa. O segundo aborda a fundamentação teórica, a base de conceitos e contextos sobre a convergência das normas internacionais de contabilidade privada e pública, as IPSAS no mundo e no Brasil. O terceiro capítulo traz a metodologia e os seus aspectos aplicados no trabalho. O quarto descreve o resultado da análise

obtido através de pesquisa. E o último mostra a conclusão sobre todos os temas abordados.

CAPÍTULO 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordados conceitos básicos e relevantes ao desenvolvimento desta pesquisa, a fim de que facilite o entendimento dos dados analisados e do tema abordado. Os pontos aos quais serão discutidos aqui são a harmonização das normas contábeis, as IPSAS no mundo e as IPSAS no Brasil.

2.1 Harmonização das Normas Contábeis

Até o século XVI, a Contabilidade tinha por objetivo gerar informações ao proprietário que as mantinham em sigilo, não existindo forças externas que as tornassem exatas ou que se enquadrassem num molde de padronização (HENDRIKSEN, 1999). Logo, a Contabilidade não era vista como ferramenta de auxílio nas tomadas de decisões dos usuários externos, como também não havia uma divulgação de suas demonstrações que evidenciasse a situação econômica – financeira da empresa.

Segundo Ludícibus (2010), o sistema contábil tem como finalidade produzir conjuntos básicos e padronizados de informações, em escalas de tempos constantes, que tragam benefícios a certa quantidade de usuários.

Neste cenário, a Contabilidade ganhou mais espaço e fortalecimento deparando-se com a utilidade de um padrão de informações que trouxesse melhorias para as sociedades empresárias, principalmente, àquelas que teriam investimentos em empresas societárias de fundos internacionais, nas quais seguiam normas contábeis locais fazendo com que as Demonstrações não transparecessem tanta fidedignidade e confiabilidade aos stakeholders. Crescia então, um novo pensamento sobre Harmonização destas Normas Contábeis já que era apontado como uma necessidade aos que estavam interessados na internacionalização dos mercados financeiros e de capitais, cujo intuito é de informar mais eficazmente aos investidores e aos que estão integrados nesta economia globalizada.

Agostino *et. al.* (2011) afirmam que se há eventos econômicos de mesma natureza entre os países, então esses eventos devem ser reportados de forma

consistente e em modelos semelhantes de evidenciação, com isso as demonstrações financeiras se amoldam a um padrão de informação que permite fazer comparações mais acuradas.

Assim, deu-se início a Internacionalização das Normas Contábeis através do órgão responsável por essas normatizações, o IASB (International Accounting Standard Board) na aplicação das IFRS (International Financial Reporting Standard) em âmbito internacional, uma vez que era necessária uma adequação das informações contábeis em vários países do mundo todo.

Em meados dos anos 70, o primeiro comitê contábil nasceu nos Estados Unidos, Financial Accounting Standard Boards - FASB, cujo objetivo era editar as normas contábeis já em emissão. Também neste ano surgiu o IASC - International Accounting Standards Committee - outro comitê contábil, porém com o objetivo de definir as normas contábeis para o mundo todo. Mas no século XXI, o IASC transformou-se em IASB (International Accounting Standards Board), e sua hegemonia se fez presente no mundo todo, consolidando-o como referência padrão das normas contábeis.

Segundo o STN (2014), alguns fatores foram determinantes para que houvesse a padronização das informações contábeis no mundo globalizado. São elas:

- a) Discussões mais profundas sobre os conceitos utilizados;
- b) Maior confiabilidade de investidores internos e externos;
- c) Redução de custos de ajustes de divergências de critérios contábeis;
- d) Facilidade de intercâmbio técnico-profissional;
- e) Facilitar o processo de harmonização com as normas fiscais, dentre outras vantagens.

Logo, seguindo a mesma linha de pensamento, o ramo da Contabilidade Pública sofreu influências e deparou-se também com a necessidade de harmonizar suas normas contábeis. Conseqüentemente, houve um grande fortalecimento deste pensamento, sendo então, colocado em prática a partir da publicação das Normas Contábeis Públicas - IPSAS - através do órgão emissor das normas, o *International Federation of Accountants* - IFAC, que serviram de base, aqui no Brasil, para a criação das NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), nas quais são emitidas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) que

até então, no ano de 2008, divulgaram dez normas contábeis baseadas em quinze IPSAS, tendo utilizados critérios de importância destas Normas Internacionais voltadas para a realidade no Brasil, que podem ser visualizadas no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - IPSAS analisadas no Brasil até 2011

IPSAS 1	MAI/2000	Apresentação das demonstrações Financeiras
IPSAS 2	MAI/2000	Demonstração de Fluxo de Caixa
IPSAS 3	MAI/2000	Excedente Líquido ou Déficit do Período, Erros Fundamentais e Alterações nas Políticas Contábeis
IPSAS 6	MAI/2000	Demonstrações Financeiras e Contabilidade para Entidades Controladas
IPSAS 7	MAI/2000	Contabilização de Investimento em Coligada e Controladas
IPSAS 8	MAI/2000	Relato Financeiro de Interesse em <i>Joint Venture</i>
IPSAS 12	JUL/2001	Estoques
IPSAS 13	DEZ/2001	Arrendamento
IPSAS 14	DEZ/2001	Eventos Subsequentes
IPSAS 17	DEZ/2001	Imobilizado e Equipamentos
IPSAS 19	OUT/2002	Provisões, Passivos e Ativos Contingentes
IPSAS 21	DEZ/2004	Comprometimento de Ativos não geradores de Caixa
IPSAS 23	DEZ/2006	Receitas Provenientes de Operações que não sejam de câmbio (Taxas e Transferências)
IPSAS 26	FEV/2008	Comprometimento de Ativos geradores de caixa
IPSAS 31	JAN/2010	Ativos Intangíveis

FONTE: Varandas (2013)

2.2 IPSAS no Mundo

Criada pelo Comitê Internacional, o IFAC, em 1989, as IPSAS tiveram como objetivo desenvolver normas que aliassem uma melhor comparação das demonstrações contábeis entre os países e entre as entidades públicas, no tange às esferas nacionais. Veio trazer também, uma qualidade melhor às informações, como a transparência e a eficiência fazendo com que transpareça mais confiabilidade nas informações repassadas e auxiliem nas decisões a serem tomadas.

Conforme diz Khouatra (2007), a harmonização das normas contábeis públicas, as IPSAS, pela Organização das Nações, aconteceram em alguns órgãos internacionais, como o FMI ou Banco Mundial, pois era necessária a comparação entre os países de suas demonstrações financeiras, elaborada pelos seus entes públicos.

O IFAC é formado por aproximadamente 157 grupos nacionais de profissionais contabilistas em 123 países, que também formou o Conselho IPSAS que é um comitê técnico sênior da Federação Internacional de Contabilistas (IFAC). Segundo Balios *et. al.* (2013) para participar deste conselho, faz-se necessário: que seja membro de órgãos nacionais de contabilidade ou de auditoria e membros “públicos”, os países estejam envolvidos na incorporação das IPSAS, que o país esteja em desenvolvimento ou já esteja desenvolvido, seja praticada a democracia ou outro sistema político, comprove experiência no setor público ou privado e seja de diversas regiões do mundo.

Com a implantação das IPSAS, alguns pontos vieram a ser modificados, como: o regime de caixa era adotado até então nas demonstrações financeiras públicas, onde só era contabilizado a despesa ou a receita quando houvesse o desembolso ou o recebimento do mesmo. Assim, para uma melhor adequação à realidade foi adotado o regime de competência que visa à contabilização da despesa e receita no ato de sua transação, independente de pagamento ou recebimento.

Também foi visto a questão do objeto da contabilidade pública, que volta a ser o patrimônio público e suas variações, como também conceitos já utilizados são redefinidos com mais precisão e compreensibilidade.

Entende-se que o principal benefício trazido pelas IPSAS seria o fortalecimento da visão patrimonial na Contabilidade Pública, uma vez que o objetivo

da mesma estava mesmo em cumprir os aspectos orçamentários e fiscais, passando-se levar em conta a adoção dos valores justos dos ativos, nos bens de uso público, e no passivo, a contabilização das obrigações atuariais com aposentadorias, argumenta (TORRES, 2013).

O quadro 2 mostra as IPSAS, emitidas pelo IFAC, e suas finalidades de forma breve.

Quadro 2 - Normas Internacionais De Contabilidade Aplicada Ao Setor Público

Norma	Mês/Ano de Publicação	Abordagem
IPSAS 0	JAN/2007	Prefácio às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público
IPSAS 1	MAI/2000	Apresentação das demonstrações Financeiras
IPSAS 2	MAI/2000	Demonstração de Fluxo de Caixa
IPSAS 3	MAI/2000	Excedente Líquido ou Déficit do Período, Erros Fundamentais e Alterações nas Políticas Contábeis
IPSAS 4	ABR/2008	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
IPSAS 5	MAI/2000	Custos de Empréstimos
IPSAS 6	MAI/2000	Demonstrações Financeiras e Contabilidade para Entidades Controladas
IPSAS 7	MAI/2000	Contabilização de Investimento em Coligadas e Controladas
IPSAS 8	MAI/2000	Relato Financeiro de Interesse em <i>Joint Venture</i>
IPSAS 9	JUL/2001	Receitas de Operações de Câmbio
IPSAS 10	JUL/2001	Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias
IPSAS 11	JUL/2001	Construção de Contratos
IPSAS 12	JUL/2001	Estoques
IPSAS 13	DEZ/2001	Arrendamento
IPSAS 14	DEZ/2001	Eventos Subsequentes

IPSAS 15	DEZ/2001	Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação (NORMA REVOGADA)
IPSAS 16	DEZ/2001	Bens de Investimento
IPSAS 17	DEZ/2001	Imobilizado e Equipamentos
IPSAS 18	JUN/2000	Informações por Segmento
IPSAS 19	OUT/2002	Provisões, Passivos e Ativos Contingentes
IPSAS 20	OUT/2002	Divulgações de Partes Relacionadas
IPSAS 21	DEZ/2004	Comprometimento de Ativos não geradores de Caixa
IPSAS 22	DEZ/2006	Divulgação de Informações Financeiras de Setores Gerais do Governo
IPSAS 23	DEZ/2006	Receitas Provenientes de Operações que não sejam de câmbio (Taxas e Transferências)
IPSAS 24	DEZ/2006	Apresentação das informações Orçamentárias nas Demonstrações Financeiras
IPSAS 25	FEV/2008	Benefícios a Empregados
IPSAS 26	FEV/2008	Comprometimento de Ativos geradores de caixa
IPSAS 27	DEZ/2009	Agricultura
IPSAS 28	JAN/2010	Instrumentos Financeiros: Apresentação
IPSAS 29	JAN/2010	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
IPSAS 30	JAN/2010	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
IPSAS 31	JAN/2010	Ativos Intangíveis

FONTE: Varandas (2013)

Aos poucos as IPSAS foram sendo familiarizadas em todo o mundo, vários países já as adotavam com base em suas normas locais, enfrentando desafios e dificuldades para sua implementação, no entanto em sua grande maioria o resultado

foi positivo, nas quais os contadores foram atualizando-se e as informações financeiras foram mais precisas para sua realidade.

“É verdade que as IPSAS tornaram-se referências internacionais *de facto* para avaliar as práticas contábeis do governo em todo o mundo, adotadas pelos países, independentemente da sua política e sistemas econômicos”, nos afirma (BALIOS *et. al.*, 2013).

Porém, é perceptível que há divergências no tempo de processo de adoção das Normas Internacionais. Em alguns países, há um investimento intenso na modernização dos seus sistemas contábeis, são eles: Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos, ou seja, países Anglos – Saxão. Por outro lado, outros países permanecem em uma visão mais conservadora limitando o processo de harmonização em seu sistema contábil.

Também, existem vários governos que não cumprem as medidas determinadas pelas IPSAS, olhando para sua necessidade própria. Assim, a Contabilidade não será de maneira nenhuma globalizada e tornando o sistema contábil-financeiro público discordante em relação aos demais. (AVERSANO *et. al.*, 2013).

Como podemos ver, de acordo com Torres (2013), será necessário que os profissionais contábeis vençam desafios diante da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Públicos sendo estes: treinamento da classe, mudança de comportamento em relação ao trabalho público e aumento na atividade operacional.

2.3 IPSAS no Brasil

No Brasil, a implantação das IPSAS não é nada diferente. O início para sua adoção já foi prorrogada várias vezes e não são poucos os motivos que facilitam este atraso: dificuldade na capacitação dos profissionais e na aceitação dessas mudanças, adaptação à nova fase da contabilidade no Brasil com a criação de novos instrumentos de informação e controle do Sistema Público. Agora no ano de 2014, será dado como prazo limite para adoção das normas uma vez que desde o ano de 2012 seria o início da implantação na União, Estados e Distrito Federal e para os Municípios em 2013.

Tendo em vista o decreto nº 6.976 em 2009, inciso I do artigo 6º e inciso I do artigo 17, Lei nº 10.180 em 2001, que remete ao STN como o órgão central governamental no Brasil responsável pela emissão de manuais, normativos, orientações sobre processos contábeis e plano de contas, sendo que este deve estar atento aos pronunciamentos do IFAC e do CFC ao serem feitas as Demonstrações Contábeis consolidadas. O mesmo também é responsável pelo Sistema de Contabilidade Federal e com o princípio de realizar a consolidação das contas dos entes no Brasil.

Em 2004, com a edição da Portaria CFC nº 37/2004, deu-se início ao processo de harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade Pública no Brasil com a formação de um grupo de estudos na área pública, que tinha por objetivo estudar e analisar as NBCASP paralelo às IPSAS, criadas pelo IFAC. O mesmo é composto por membros do CFC, Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. (XAVIER, 2011).

A Secretaria do Tesouro Nacional também é responsável pela composição e funcionamento do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON, que no qual se encarrega por realizar análise e montar diagnósticos e estudos trazendo uma padronização de conceitos e práticas contábeis, plano de contas e classificação orçamentária do resultado (receita e despesa) da União, Estado, Distrito Federal e Municípios. (STN, 2014).

A STN (2014) nos afirma também que o GTCON tem caráter técnico e consultivo, manifestando-se por meio de recomendações, e deverá nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências, em benefício da transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social.

Assim, este grupo seria a representação de toda mudança significativa, seja ela de grande importância ou não, na contabilidade pública no Brasil. Seus componentes são das mais variadas formações acadêmicas e atuações no mercado, fazendo com que tragam soluções específicas aos problemas enfrentados pela harmonização e para a sistematização das normas de contabilização do setor público.

CAPÍTULO 3

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

A elaboração do referencial bibliográfico desta pesquisa foi feita com base em artigos nacionais e internacionais publicados em jornais científicos, teses, dissertações, normas e sites de órgãos normativos em que se tratava sobre o processo de convergência das normas contábeis públicas e as medidas a serem adotadas no mundo todo e no Brasil.

A revisão literária foi aliada a uma Pesquisa de Campo, de finalidade descritivo-exploratória, no qual foi utilizado por meio de questionário eletrônico adaptado, com base em estudo feito, em 2013, pela Universidade da Turquia por: Orhan Bozkurt, Mehmet Islamoglu e Yaşar Öz, aplicado aos membros do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON, como também aos Auditores dos Tribunais de Contas do Brasil.

3.2 Universo e Amostra da Pesquisa

O universo utilizado nesta pesquisa correspondeu aos componentes do GTCON, que envolvem contadores, auditores, assessores e como também os Auditores dos Tribunais de Conta do Brasil totalizando em 400 pessoas.

A amostra constou com apenas 108 respondentes, totalizando um percentual apenas de 27% da população em que houve a demanda. A maioria dos indivíduos que se omitiram foi referente a vários motivos: e-mails bloqueados, o respondente estava em período de férias, conta do e-mail inexistente e respondente omissos em participar do questionário.

3.3 Coleta de Dados

Os dados foram coletados através de envio de questionário eletrônico por e-mail aos profissionais que atuam no Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON, tendo área de atuação diferenciada, porém com similaridade na função exercida, por exemplo: contador, auditor e auditor fiscal, assessor e analista de diversas áreas.

A estrutura do questionário foi feita em seis blocos. O primeiro trata sobre as informações do perfil dos respondentes, com quatro questões de múltipla escolha englobando: sexo, grau acadêmico, tempo e área de atuação. No segundo bloco, foi abordada a percepção dos respondentes em relação às IPSAS e a sua aplicabilidade na gestão pública. Deste bloco em diante, foi utilizado nas afirmações do questionário, uma Escala Likert de 10 pontos (1(um) discordo totalmente a 10(dez) concordo totalmente). No terceiro bloco, refere-se às principais vantagens que as IPSAS trarão com a sua implantação. O quarto bloco, traz o ponto dos custos e benefícios da implantação das IPSAS. No quinto bloco, procurou-se saber do respondente a sua visão de interpretação e aplicação das IPSAS. No sexto e último bloco, abordou o tema de quem deveria ser a responsabilidade educativa dos contadores e auditores para que as IPSAS fossem aplicadas.

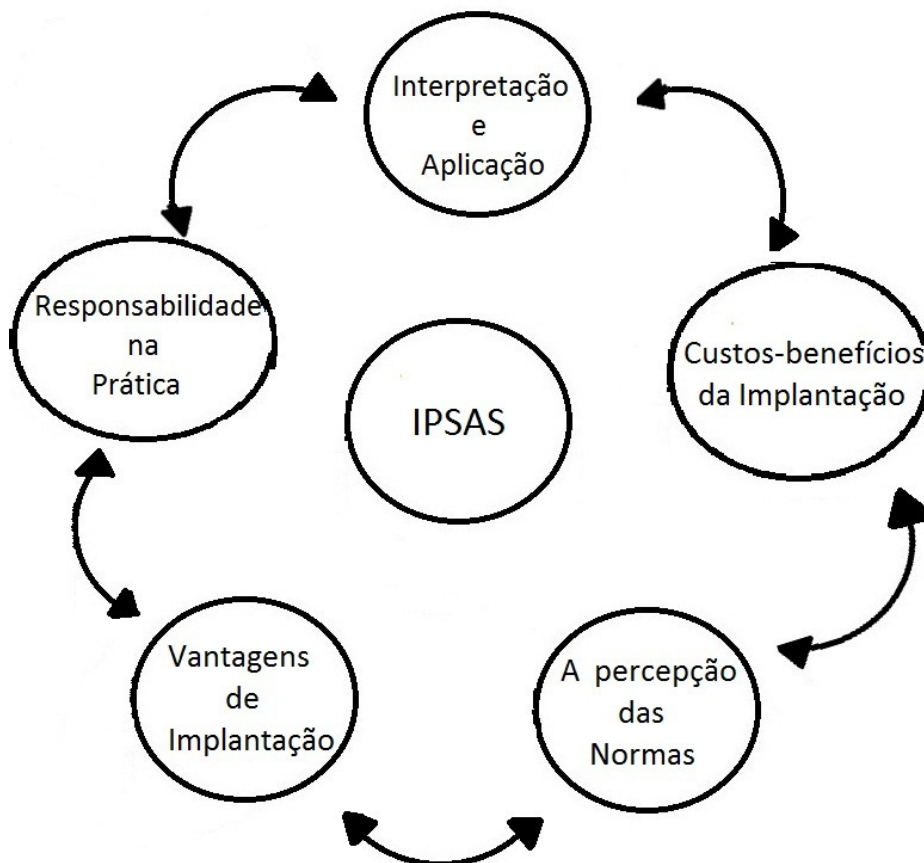
Desde o contato inicial, para o envio do questionário, até o reenvio, pela quarta vez, foi realizada a aplicação por meio eletrônico, ou seja, por e-mail pessoal e/ou para o e-mail corporativo, anunciando o propósito da pesquisa e o objetivo a ser alcançado. Foi colocado no corpo do e-mail, um link onde no qual direcionava o respondente ao formulário publicado no Google Drive, facilitando a sua participação no trabalho. A pesquisa, inicialmente, houve um prazo de resposta de duas semanas devido à proximidade do final de ano, após este prazo foi reenviado o questionário, pois não houve uma boa taxa de retorno e ficou-se aguardando por mais uma semana, mas mesmo assim não tínhamos conseguido melhorar a quantidade dos respondentes. Novamente reenviamos os e-mails e após mais uma semana conseguimos alcançar um bom retorno a fim de ter realizado uma análise mais precisa dos dados.

3.4 Análise de Dados

As respostas às perguntas da pesquisa foram tabuladas e posteriormente realizadas um tratamento estatístico de consistência e em seguida realizada a exposição da estatística descritiva dos dados, mediante média e desvio padrão.

Para conduzir as análises utilizou-se o construto teórico definido por Bozkurt, Islamoğ, Öz (2013), como forma de avaliar a percepção dos participantes dessa pesquisa. Os tópicos apontados pelos os citados autores foram: perfil dos entrevistados, percepção das IPSAS, as principais vantagens da implantação das IPSAS, custos e benefícios de implantação das IPSAS, interpretação e aplicação das IPSAS e responsabilidade educativa dos contadores e auditores para a aplicação das IPSAS.

Figura 1 - Construto teórico de avaliação



Fonte: Elaboração própria (2013)

CAPÍTULO 4

4 Resultado da Pesquisa

Neste capítulo foi abordado o desenvolvimento e análise dos dados obtidos na pesquisa, com o intuito de ter alcançado resultados que demonstrem a realidade do problema estudado.

4.1 Perfil dos entrevistados

As respostas às perguntas da pesquisa, no tocante aos perfis dos respondentes, e suas respectivas percentagens são indicadas na Tabela 1. Os entrevistados nesta pesquisa, em sua maioria, são do sexo masculino, posto que 66% da amostra possuem essa característica, enquanto que o gênero feminino teve quase 34% de atuação, revelando que há uma forte predominância da presença do homem no GTCON. Em relação ao grau acadêmico dos entrevistados, observou-se que mais da metade, ou seja, 60% possuem Curso de Especialização na área. Em segundo lugar, praticamente 26% só possuem Cursos de Graduação mostrando que a maior parte obteve a iniciativa de especializar-se em algum curso e atualizar-se no mercado de trabalho, já que para exercer o papel de contador ou auditor público exige pelo menos o nível de graduação. Os mestrados foram destaques em 11% da pesquisa e 3% referem-se a outros cursos que não foram mencionados pelos participantes.

Quando o tempo de experiência exercido pelo contador/auditor é examinado, verifica-se que 41% atuam no ramo há mais de 15 anos. Por outro lado, 18% mostram-se profissionais muito recentes trabalhando na área, com menos de 5 anos apenas. E com 39%, estão aqueles que já atuam entre 5 a 15 anos, tendo também participação na amostra os que desenvolvem a função entre 5 a 10 anos (com 23%).

Na última questão demográfica, é indagado aos profissionais contábeis a sua respectiva área de atuação, percebe-se que aproximadamente 52% exercem a profissão de contador, mesmo havendo 60% dos respondentes que afirmaram fazer algum curso de especialização. Em seguida, com 27% vêm os auditores como

função exercida. Os assessores tiveram 4% de participação e com 17% houveram vários outros tipos de funções exercidas, como: professor, analista contábil, consultor, analista de negócio, profissional de TI, coordenador, programador, administrador, analista de controle externo, analista de negócio

Tabela 1: Características dos respondentes

Características dos respondentes	Respondentes = 108	Percentagens
Gênero dos profissionais		
	TOTAL = 108	
Masculino	72	66,7
Feminino	36	33,3
Grau Acadêmico dos Respondentes		
	TOTAL = 108	
Graduação	28	25,9
Especialização	65	60,2
Mestrado	12	11,1
Outros	3	2,8
Tempo de Experiência de Contador e/ou Auditor		
	TOTAL = 108	
Menos de 5 anos	20	18,5
5 - 10 anos	25	23,1
11 - 15 anos	18	16,7
Mais de 15 anos	45	41,7
Área de Atuação Profissional		
	TOTAL = 108	
Contador	56	51,9
Auditor	30	27,8
Assessor	4	3,7
Outros	18	16,7

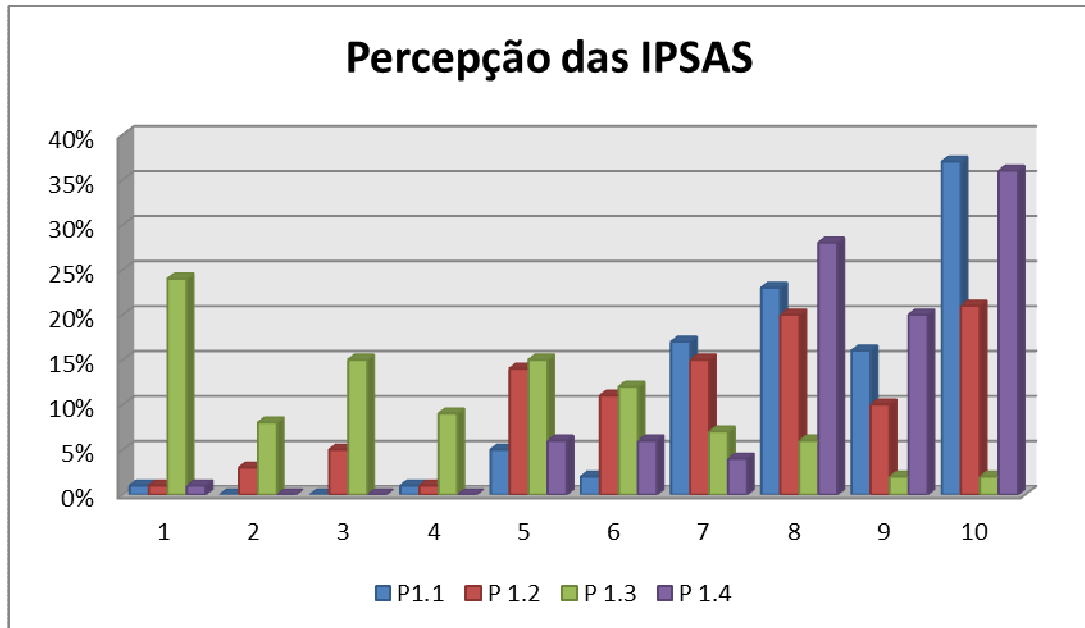
Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

4.2 Percepção das IPSAS

No nível de percepção, ficou claro que a aplicação das IPSAS será de grande utilidade para a contabilidade pública e que trará melhorias na qualidade da informação prestada à sociedade com mais eficiência e eficácia. Houve nuances quando questionado se as IPSAS iriam auxiliar na resolução dos problemas de contabilidade pública (P1. 2), variando dentro da escala de 5 a 10. E para 76% dos

respondentes, as Normas de Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS) é algo praticável. Assim, há uma forte aceitação para que as mesmas sejam implantadas sem objeções pela classe contábil.

Figura 2 – Representação da Percepção das IPSAS



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

P1. 1 - As aplicações das IPSAS serão úteis para a gestão pública.

P1. 2 - A implantação das IPSAS vai resolver sérios problemas da contabilidade pública.

P1. 3 - IPSAS é um alvo inatingível.

P1. 4 - IPSAS irá melhorar a qualidade da informação contábil no futuro

As questões que tiveram mais convergências foram a P1. 2 e P1.4, posto que para cerca de 94% dos respondentes mostraram-se concordantes com as assertivas propostas (concordância acima de 6). De uma forma geral, 84% dos atores da pesquisa apresentaram uma percepção favorável à utilização das IPSAS na contabilidade pública brasileira.

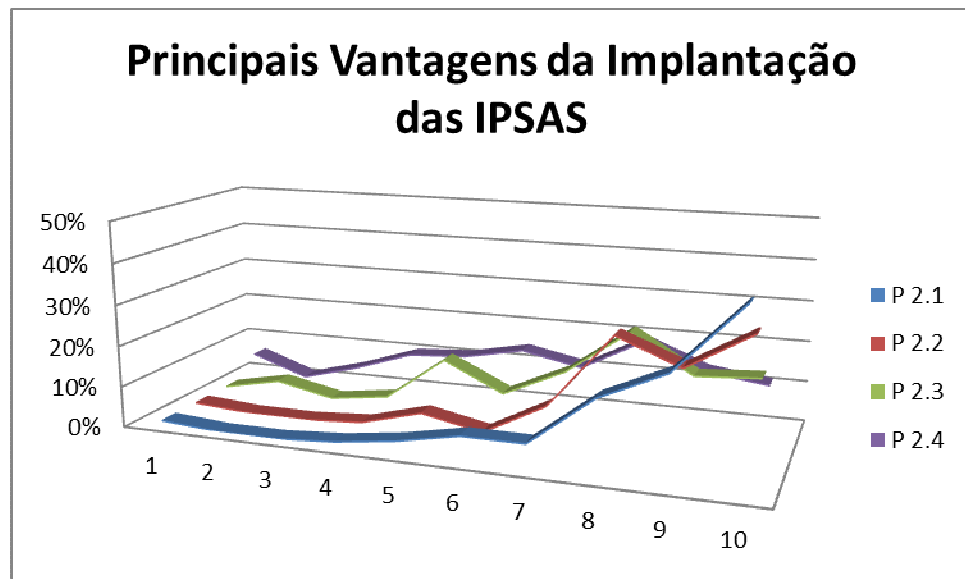
4.3 As Principais Vantagens da Implantação das IPSAS

Neste ponto, os respondentes ficaram com suas opiniões menos coesas, quando tomando por base o primeiro bloco, uma vez que 82% dos atores da pesquisa foram favoráveis às vantagens apresentadas no questionário. Não obstante pode-se afirmar que esse fato é positivo, dado o elevado índice de resposta favorável. De forma mais específica, para 94% dos profissionais contábeis é certo que as IPSAS farão com que as demonstrações financeiras sejam mais comparáveis

no mundo todo (P2. 1) e que também contribuirão para que a transparência e a confiabilidade sejam características mais presentes nas demonstrações contábeis (P2.2).

Quando perguntado se os custos irão diminuir significativamente no decorrer do tempo (P2. 3) 76% dos pesquisados concordaram com a assertiva (concordância acima de 6), e se as IPSAS poderiam propiciar a redução de atividades ilegais, mais fortemente as fraudes (P2.4), a concordância foi menor, ou seja, cerca de 34% dos respondentes não estão convictos de que as normas podem contribuir para minimizar as ilegalidades e prática de fraudes. Algo que chamou atenção foi que os auditores acreditam mais na redução das atividades ilegais, especialmente fraudes, do que os contadores, ou seja, 73% dos auditores concordaram com a colocação enquanto que 50% dos contadores não acreditam.

Figura 3 – Representação das Principais Vantagens da Implantação das IPSAS



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

P2. 1 - As IPSAS tornarão as demonstrações financeiras mais comparáveis em todo o mundo;

P2. 2 - As IPSAS contribuirão para melhorar a transparência e a confiabilidade das demonstrações contábeis;

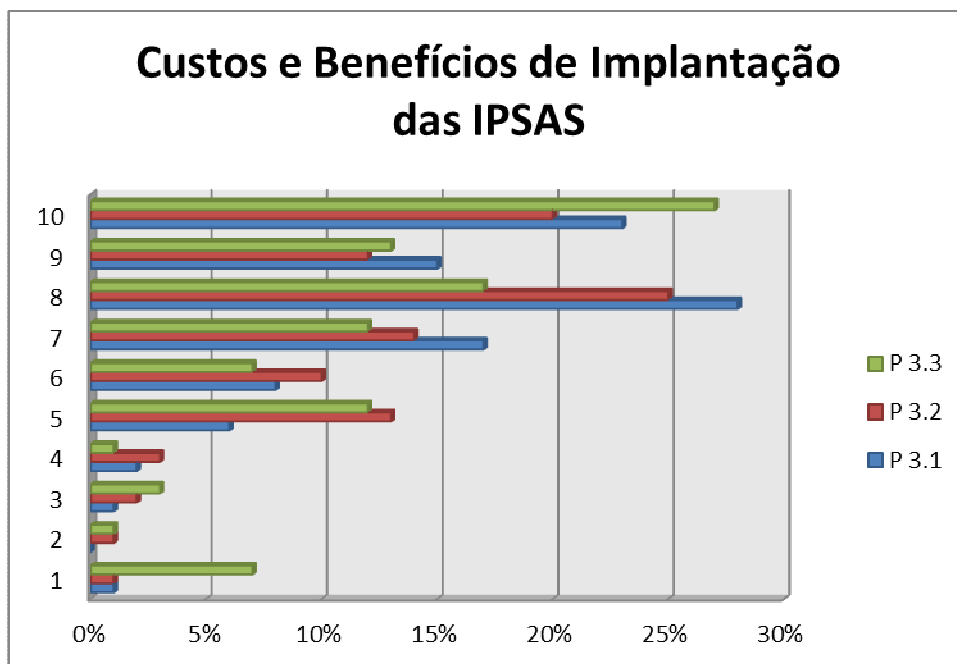
P2. 3 - Os custos de aplicação das IPSAS vão diminuir significativamente ao longo do tempo;

P2. 4 - A Aplicação das IPSAS pode propiciar a redução das atividades ilegais, especialmente fraudes;

4.4 Custos e Benefícios de Implantação das IPSAS

Para os profissionais contábeis, a aplicação das IPSAS trará benefícios na preparação e na utilização das demonstrações financeiras fazendo com que haja uma boa Inter cooperação em escala internacional e além de que auxiliaria nas tomadas de decisões financeiras (P3. 1), essa foi a opinião de 96% dos profissionais contábeis investigados. A pesquisa mostrou que além destes pontos positivos, o custo de implementação será apenas o passo necessário para que haja o avanço no sistema público e no produto final (P3. 2), nesse sentido 82% dos respondentes concordaram com a propositura colocada no questionário. Já em relação à necessidade de se fazer uma análise do custo-benefício (P3. 3), os mesmos demonstraram certas divergências de concordância, pressupondo assim que para alguns o custo deve ser analisado para que os benefícios possam chegar a superá-los, porém 78% apresentaram um grau de concordância acima de 6.

Figura 4 - Custos e Benefícios de Implantação das IPSAS



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

P3. 1 - A aplicação das IPSAS irá aumentar os benefícios do uso, permitindo a cooperação em escala internacional;

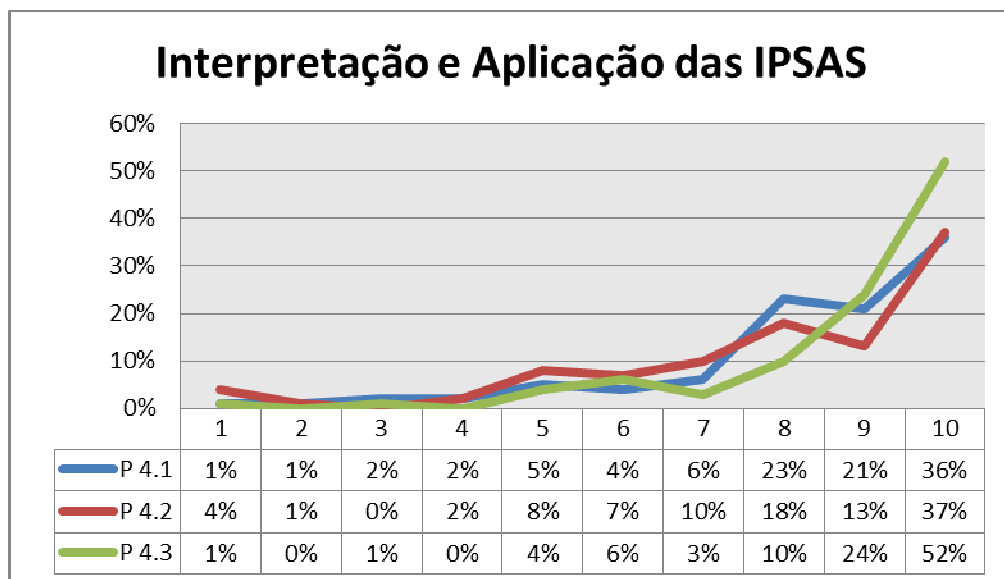
P3. 2 - As IPSAS trarão mais benefícios do que os custos esperados de implementação;

P3. 3 – É necessário fazer uma análise do custo-benefício;

4.5 Interpretação e Aplicação das IPSAS

Neste tópico, os respondentes foram mais positivos, ou seja, cerca de 90% quando questionado sobre a interpretação e aplicação das IPSAS e o processo de convergência e aplicação das Normas Contábeis mostraram-se bastante favoráveis aos aspectos pontuados nesse grupo de questões. Para 91% dos respondentes, as IPSAS são preparadas de acordo com alguns princípios (P4. 1). Já para haver um melhor entendimento delas, 85% responderam que o processo de interpretação deveria ser conduzido por órgãos normatizadores, neste caso o IFAC, a fim de obter uma interpretação mais fiel ao seu propósito inicial. Também foi evidenciada, por 95% dos profissionais contábeis, na P4. 3, a necessidade de realizar uma ação conjunta entre as instituições envolvidas no processo de convergência a fim de que haja uma compreensão em comum das Normas de Contabilidade Internacionais.

Figura 5 – Interpretação e Aplicação das IPSAS



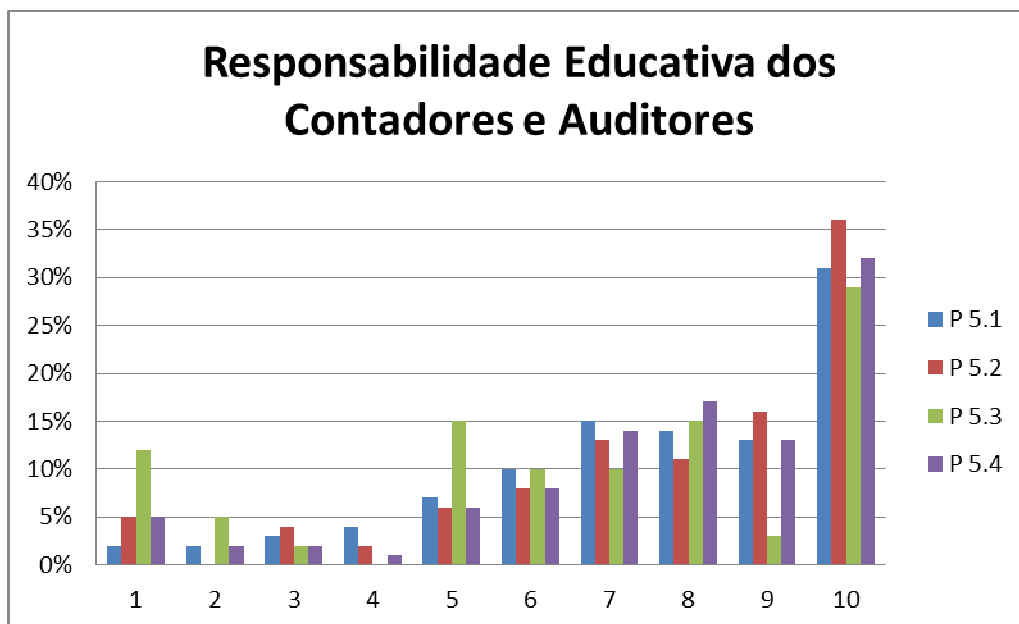
Fonte: Pesquisa de campo (2013)

P4. 1 - Acredito que as normas IPSAS são preparadas de acordo com certos princípios;
 P4. 2 - A fim de estabelecer uma interpretação comum das IPSAS, os órgãos normatizadores internacionais (como o IFAC) devem conduzir o processo de interpretação; .
 P4. 3 - É necessário estabelecer uma interpretação comum das IPSAS, em uma base local, com a parceria de todas as instituições envolvidas no processo de convergência.

4.6 Responsabilidade educativa dos contadores e auditores para a aplicação das IPSAS

Neste tópico procurou-se verificar dos respondentes de quem seria a responsabilidade de transmitir os conhecimentos acerca da implantação das IPSAS, dentre os responsáveis mencionados foram: universidade (P5. 1), conselho de classe (P5.2), esforço do próprio profissional (P5.3) e do governo(P5.4). Os resultados revelaram que tanto as universidades, os conselhos de classes e governo estariam em pé de igualdade para conduzir o processo educativo para implementação das IPSAS. No entanto, na visão de 32% dos respondentes a capacitação no processo de implementação não deve ser alcançada através de esforço próprio dos profissionais (P5. 3).

Figura 6 - Responsabilidade Educativa dos Contadores e Auditores para a Aplicação das IPSAS



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

P5. 1 - A capacitação para a aplicação das IPSAS deve ser feita pelas universidades;

P5. 2 - A capacitação para a aplicação das IPSAS deve ser fornecida pelo conselho de classe;

P5. 3 - A capacitação para a aplicação das IPSAS deve ser alcançada através de esforço próprio dos profissionais;

P5. 4 - A capacitação para a aplicação das IPSAS deve estar sob a responsabilidade do governo.

Portanto, através da análise da percepção, vantagens, interpretação, custos e responsabilidade foram possíveis identificar e analisar as opiniões dos contadores e auditores a respeito do processo de Convergência das Normas de Contabilidade Pública, demonstrando as assertivas que foram mais aceitas na pesquisa e também aquelas que tiveram algum tipo de rejeição pelos respondentes, isso quando voltado à sensibilização dos números, pois as escalas atribuídas eram as mais próximas possíveis, ocasionando um resultado para mais ou para menos.

CAPÍTULO 5

5 CONCLUSÃO

Por intermédio deste trabalho foi possível identificar e analisar as percepções dos profissionais contábeis do GTCON e dos auditores dos Tribunais de Contas do Brasil a respeito do Processo de Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Pública. E a obtenção do resultado da pesquisa foi devido à participação dos profissionais acima citados através de questionário eletrônico onde expuseram seus pontos de vista acerca da Convergência.

Primeiramente, foi definido o perfil dos respondentes, onde, predominou o papel do contador e do auditor e o tempo de experiência dos mesmos, na grande maioria, é superior a 15 anos. De acordo com o resultado, também foi mostrado que grande parte possui cursos de graduação e especialização e que o gênero masculino prevaleceu na amostra da pesquisa.

Diante disso, foi factível elencar as variáveis que influenciam no processo de convergência às IPSAS. As variáveis foram: percepção, vantagens de implantação, custos e benefícios, interpretação e aplicação e responsabilidade.

O IFAC, órgão normativo que conduz o processo de elaboração e divulgação das IPSAS no mundo todo, mostrou que se fazia necessário uma adaptação das Normas de Contabilidade Pública tendo em vista as várias mudanças no cenário contábil, principalmente após a adoção das IFRS no âmbito privado, que trouxe benefícios aos seus usuários, como a eficácia e a tempestividade nas demonstrações financeiras, que são utilizadas nas tomadas de decisões. Na área pública, foi pensado em uma melhor estrutura das contas patrimoniais dos bens de uso público e da alocação dos seus valores justos, bem como a adoção do regime de competência e da reformulação de conceitos utilizados no setor público.

Em relação à percepção, foi visto que houve grande aceitação dos respondentes em aderirem à implantação das IPSAS, porém houve uma pequena oscilação quando voltado à resolução de problemas na Contabilidade Pública. Nas vantagens de implantação, muitos concordaram em dizer que o Processo de Convergência traria mais transparência e confiabilidade às Demonstrações Contábeis, pois as tornariam mais comparáveis e confiáveis, além de trazer

melhorias no processo de tomada de decisão e prestação de contas à sociedade, mas quando voltado aos custos de aplicação e a viabilidade de redução de atividades ilegais, como a fraude, houve uma redução de percepção positiva das normas. Foi percebido que os auditores possuem uma visão mais ampla no ponto de redução das fraudes.

Na relação de custo-benefício, as proposições foram aceitas com escalas mais positivas exceto quando ressaltado da análise desse custo, já que para a maioria os mesmos devem ser reavaliados para que os benefícios sobressaiam.

Na interpretação e na responsabilidade, houve uma posição mais harmônica dos participantes onde foram mais concordantes na afirmação de que as IPSAS devem ser conduzidas por órgãos normativos e devem ser elaboradas de acordo com alguns princípios. E de que o governo, as universidades e a classe busquem a capacitação adequada dos profissionais para o processo de convergência. Foi percebido, para certa quantidade de respondentes, que os próprios profissionais não devem ir ao encontro de métodos educativos a fim de se especializarem para a aplicação das normas.

Logo, de acordo com o resultado apurado e analisado, pode-se dizer que os profissionais contábeis do GTCON e os auditores dos Tribunais de Contas do Brasil, estão em processo de adaptação e aceitação das novas mudanças a serem implantadas no sistema público, mas ainda existem algumas resistências em relação à atualização de seus conceitos e de ir à busca de novos desafios trazidos pela nova fase da Contabilidade Pública.

5.1 Recomendações

Espera-se que este trabalho possa incentivar outros novos estudos de mesmo sentido, que busque investigar a opinião dos contadores e auditores da Contabilidade Pública após o processo de implantação e vê outras necessidades que não foram abordadas. Recomenda-se utilizar mais variáveis com o intuito de trazer pontos mais abrangentes.

5.2 Limitações da Pesquisa

A presente pesquisa teve como limitação o acesso às pessoas envolvidas no processo de convergência, ou seja, os contadores e auditores públicos, pois muitos e-mails estavam bloqueados (e-mails corporativos) e outros também não demonstraram interesse em colaborar com a pesquisa, dificultando uma melhor análise da situação.

REFERÊNCIAS

AGOSTINO, M.; DRAGO, D.; SILIPO, D. B. The value relevance of IFRS in the European banking industry. **Review of Quantitative Finance and Accounting**; v. 36; p. 437–457, 2011.

AVERSANO, N. *et.al.* The Effect of IPSAS on Reforming Governmental Financial Reporting: an International Comparison. **Universiteit Gent**, Abril 2013.

BALIOS D, POUTOS E, TOUDAS K. Concept, Regulations and Institutional Issues of IPSAS: A Critical Review, **European Journal of Business and Social Sciences**, v. 2, n. 1, p. 43-54, 2013.

BOZKURT, O.; ISLAMOĞ, M.; ÖZ, Y. Perceptions of professionals interested in accounting and auditing about acceptance and adaptation of global financial reporting standards, **Journal of Economics Finance and Administrative Science**, v.18, n. 34, p. 16-23, 2013.

CHRISTIANS, J. *et. al.* Impact of IPSAS on reforming governmental financial information systems: a comparative study. **International Review of Administrative Sciences**. v. 76, p. 537–554, 2010.

DINIZ, Josediton Alves **Percepções de gestores e assessores contábeis da administração pública sobre aspectos do sistema de custos e resultados**: uma análise em prefeituras municipais do Estado da Paraíba. UnB/UFPB/UFPE/UFRN, 134 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – UnB, Brasília, 2003.

DINIZ, J. A.; DIENG, M.; MORAES, E. F. de A Utilização de Sistemas de Custos na Administração Pública Municipal: um estudo sob o enfoque comportamental. In: **EnANPAD**, n. 32, Anais - ANPAD: Rio de Janeiro, 2008.

HENDRIKSEN, E. S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IFAC. **Annual Report of IFAC**. Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.ifac.org/publications-resources/ifac-2011-annual-report>. Acesso em: 04 mar. 2012.

IUDÍCIBUS, S. de **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, n.10, 2010.

JOSHI, P. L.; BREMSER, W. G.; AL-AJMI, J. Perceptions of accounting professionals in the adoption and implementation of a single set of global accounting standards: Evidence from Bahrain. **Advances in Accounting**. v.24, n.1, p. 41-48, 2008.

KHOUTRA, D. **La diffusion des normes comptables internationales pour le secteur public (IPSAS): le cas de Madagascar**. Université Jean Moulin, Lyon, 2007.

MARTINS, E. **Nova contabilidade pública trará transparência, mas há desafios.** Maio 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3119402/nova-contabilidade-publica-trara-transparencia-mas-ha-desafios>>. Acesso em: 15 out. 2013. Entrevista concedida a Fernando Torres.

MONSEN, N. The case for cameral accounting. **Financial Accountability & Management**; v.18, p. 39–72, 2002.

MORGAN, G. Images de l'organisation, Québec : Presses de l'Université laval, 1989

PINA, V. TORRES, L. Reshaping public sector accounting: an international comparative view. **Canadian Journal of Administrative Sciences**; v. 20: p. 334–350, 2003.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SCHIPPER, K. The introduction of International Accounting Standards in Europe: Implications for international convergence, **European Accounting Review**, v.14, n.1, p. 101-126, 2005.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Glossário.** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp>. Acesso em: 05/01/2014.

TORRES, F. **Nova contabilidade pública trará transparência, mas há desafios.** Maio 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3119402/nova-contabilidade-publica-trara-transparencia-mas-ha-desafios>>. Acesso em: 15 out. 2013.

VARANDAS, R. N. **A Presença das Ipsas na Construção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Abordagem Infométrica.** Universidade Federal do Paraná, Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Curitiba 2013.

XAVIER, J.; ANTONIO, E. Percepção de Operadores da Contabilidade quanto à Relevância das Mudanças Introduzidas pela Adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: Um estudo em instituições vinculadas ao Ministério da Educação. **Programa Multiinstitucional e Inter- Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.** 2011.